

Acordo é inédito em 5 anos

BRASÍLIA — Com o acerto da dívida dos estados, o ministro Fernando Henrique Cardoso está conseguindo, em três meses de gestão, o que nenhum outro ministro da Fazenda conseguiu nos últimos cinco anos. Antes dele, outros seis ministros tentaram, em vão, fazer com que os estados voltassem a pagar seus débitos com os bancos oficiais. Fernando Henrique adotou, no início das negociações, uma estratégia contundente para atrair o interesse dos governadores pela rolagem: o aval da União para os empréstimos

externos só seria concedido para quem ficasse em dia com o pagamento da dívida. Depois da exigência, os secretários estaduais de Fazenda correram para acertar suas contas.

O débito de US\$ 20,6 bilhões foi acumulado ao longo das duas últimas décadas, principalmente, com a CEF e o BNDES. As negociações para o refinanciamento sempre esbarraram, porém, em dois pontos principais: o limite de comprometimento anual de receita dos estados com o pagamento da dívida e a

inclusão da dívida mobiliária (em títulos) nesse limite.

Com habilidade, a atual equipe econômica conseguiu tornar o limite de comprometimento um problema secundário, que será definido pelo Senado após a aprovação da lei de rolagem na Câmara. Até lá, os estados pagarão o que podem, tendo como base o vencimento original dos débitos.

Nova dívida — O governo estimou que, se os estados comprometessem apenas 7% de sua receita líquida com a dívida, a União arca-

ria com um rombo anual de US\$ 2,1 bilhões, acumulando ao longo de 20 anos uma nova dívida de US\$ 42 bilhões. Se pagarem o que o governo quer, isto é, 11% de suas receitas, a diferença cairá para US\$ 600 milhões anualmente.

Com relação à dívida mobiliária dos estados, 90% dela nas mãos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o governo acertou que ela será negociada à parte, de acordo com critérios definidos pelo Banco Central 90 dias após a aprovação da lei.